Nº 048 - Márcio Miranda Arcoverde, Reservatório da UHE de Moxotó (rio São Francisco), Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 049 - José Araújo de Melo, Reservatório da UHE de Itaparica (rio São Francisco), Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 050 - André Luiz de Sá Carvalho, Reservatório da UHE de Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 051 - Ednaldo Barbosa, Reservatório da UHE de Itaparica (rio São Francisco), Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 052 - José Edmar Fonseca, Reservatório da UHE de Itaparica (rio São Francisco), Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Nº 053 - Euclides Fonseca Filho, Reservatório da UHE de Itaparica (rio São Francisco), Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Nº 054 - Agro Pastoral Moria Ltda., rio Preto, Município de Dom Bosco/Minas Gerais, irrigação.

Nº 055 - Empresa de Mineração Floresta Negra Ltda., Reservatório da UHE de Luis Eduardo Magalhães (rio Tocantins), Município de Porto Nacional/Tocantins, mineração.

Nº 056 - Mário Sérgio Garcia de Viveiros, Açude Público Trairí (rio Trairí), Município de Tangará/Rio Grande do Norte, alteração, piscicultura.

Nº 057 - BRESCO - Companhia Brasileira de Energia Renovável, rio Araguaia, Município de Alto Taquari/Mato Grosso, alteração, indústria (Unidade de Bioenergia Alto Taquari).

FRANCISCO LOPES VIANA

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

PORTARIA Nº 1, DE 13 DE JANEIRO 2009

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Portaria nº 093 de 09 de setembro de 1994 e Portaria nº 34/03-N de 30 de junho de 2003, tendo em vista o Decreto Lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, combinado com as Leis Federal nº 7.679 de 23 de novembro de 1988 e a de nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Considerando que a Portaria nº 34/03-N de 24 de junho de 2003, delega aos Superintendentes do IBAMA, competências para em Portaria específica estabelecer segundo peculiaridades locais, a suspensão da captura, manutenção em cativeiro, transporte, beneficiamento, industrialização e comercialização da espécie (*Ucides cordatus*), exclusivamente durante o fenômeno da "andada";

Considerando a recomendação do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste - CEPENE, referendada pelo MEMO CIRC/CGFAP/ Nº 10/2008, onde recomenda o período da andada do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), no ano de 2009 para a região Nordeste;

Considerando reunião realizada em 10/11/08 nesta SUPES/MA, com a participação de Presidentes de Colônias de Pescadores, representantes da SEAP, DRT e do IBAMA/MA, objetivando a discussão sobre a proposta do CEPENE, referendada pelo MEMO CIRC/CGFAP Nº 10/2008, onde recomenda o período da andada do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) no ano de 2009 para a região Nordeste; resolve:

Art. 1º Proibir a captura, a manutenção em cativeiro, transporte, beneficiamento, industrialização e a comercialização de qualquer indivíduo da espécie *Ucides cordatus*, conhecido popularmente como caranguejo-uçá, no Estado do Maranhão durante a época da "andada", no ano de 2009, nos seguintes períodos:

I - De 27/01/09 a 01/02/09

Parágrafo único. Entende-se por "andada" o período reprodutivo em que os caranguejos machos e fêmeas saem de suas galerias (tocas) e andam pelo manguezal para acasalamento e liberação dos ovos.

Art. 2º As pessoas físicas ou jurídicas que atuam na captura, manutenção em cativeiro, conservação, beneficiamento, industrialização ou comercialização da espécie *Ucides cordatus*, no estado do Maranhão deverão fornecer ao IBAMA, até o último dia que antecede cada período de defeso de "andada" previstos no itens I, II, III, do art. I desta Portaria, a relação detalhada dos estoques de animais vivos, congelados, pré-cozidos, inteiros ou em partes, preenchida conforme consta no Anexo I desta Portaria.

Art. 3º Excluir da proibição os produtos declarados na forma do art. 2º desta Portaria, desde que respeitados os dispostos nos artigos 1º e 3º da Portaria Nº 034 / 03-N de 24 de junho de 2003.

§ 1º O transporte e a comercialização dos produtos declarados na forma do art. 2º deverão estar acompanhados, desde a sua origem, até seu destino final, de Guia de Autorização de Transporte e Comercio, conforme Anexo II desta Portaria, emitido pelo IBAMA, após comprovação de estoque declarado.

§ 2º Os animais vivos que tiverem sido declarados conforme art. 2º desta Portaria, só poderão ser comercializados até o 2º dia do início de cada período de "andada".

Art. 4º O produto oriundo da captura apreendido pela fiscalização, quando vivo, deverá ser devolvido preferencialmente, ao seu habitat natural, respeitando-se o disposto do Art. 107 inciso I, do Decreto Nº 6.514 de 22 de julho de 2008.

Art. 5º Aos infratores da presente Portaria serão aplicadas as penalidades previstas na Lei Nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto Nº 6.514 de 22 de julho de 2008.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

MARLUZE PASTOR SANTOS

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE ESTOQUE PARA CARANGUEJO-UÇÁ NO PERÍODO DE ANDADA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA

NOME / EMPRESA :	
ENDEREÇO :	TELEFONE:
CNPJ / CPF :	ESTADO:
MUNICÍPIO:	

2 - FORMA DO PRODUTO ESTOCADO

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE (KG/DÚZIA/UNIDADE)
CARANGUEJO VIVO	
CARANGUEJO CONGELADO VIVO	
CARANGUEJO PR-COZIDO	
CARANGUEJO (PARTES)	

3- LOCAL DE ARMAZENAMENTO

ENDEREÇO: _____

Assinatura do Declarante

* Preencher uma Declaração para cada local de Armazenamento.

Ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, declaro serem verídicas as informações constantes deste documento e estarem sujeitas às penalidades previstas na Lei de Crimes Ambientais Nº 9.605/98

3- _____

ANEXO II

GUIA DE AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPORTE E COMERCIO DE CARANGUEJO-UÇÁ NO PERÍODO DE ANDADA- PORTARIA Nº 01 /2009- IBAMA/SUPES/MA

AUTORIZAÇÃO Nº _____ / 2009

1 - ORIGEM NF Nº _____

NOME / EMPRESA :	
ENDEREÇO :	TELEFONE:
CNPJ / CPF :	ESTADO:
MUNICÍPIO:	

2 - FORMAS DO PRODUTO ESTOCADO

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE (KG/DÚZIA/UNIDADE)
CARANGUEJO VIVO	
CARANGUEJO CONGELADO VIVO	
CARANGUEJO PRÉ-COZIDO	
CARANGUEJO (PARTES)	

3 - DESTINATÁRIO

NOME / EMPRESA :	
ENDEREÇO :	TELEFONE:
CNPJ / CPF :	ESTADO:
MUNICÍPIO:	

4 - MEIO DE TRANSPORTE

() RODOVIÁRIO () AÉREO () MARÍTIMO () FLUVIAL () FERROVIÁRIO

Assinatura/Matrícula/Cargo

Obs: Esta Guia é válida somente para o transporte ao destino final, extingue após o segundo dia de sua assinatura.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 11, DE 26 DE JANEIRO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 2º do Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, resolve:

Art. 1º Autorizar, nos termos do § 3º do art. 1º do Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, a convocação de quatro candidatas aprovadas no concurso público para o provimento de cargos de Analista de Finanças e Controle, autorizado pela Portaria MP nº 361, de 9 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2007, para curso de formação, conforme discriminado no anexo a esta Portaria.

Art. 2º O provimento dos cargos nos quantitativos previstos no art. 1º está condicionado:

I - à existência de vagas na data da nomeação;

II - à declaração do respectivo ordenador de despesa, quando do provimento dos referidos cargos, sobre a adequação orçamentária e financeira da nova despesa com a Lei Orçamentária Anual e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados;

III - à informação à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do quantitativo de candidatas aprovadas no curso de formação e aptos a nomeação.

Art. 3º A responsabilidade pela verificação prévia das condições para nomeação dos candidatos a que se refere o art. 1º será do Secretário Executivo da Controladoria-Geral da União, a quem caberá baixar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outro ato administrativo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO ÚNICO

Cargo: Analista de Finanças e Controle	Quantitativo de vagas
Área: Auditoria e Fiscalização Campo de atuação: Obras Públicas - órgão central DF	1
Área: Correição	1
Área: Prevenção da Corrupção	2
Total	4

PORTARIA Nº 12, DE 26 DE JANEIRO DE 2009

Autoriza a nomeação de candidatos aprovados no concurso público para o cargo de Analista de Comércio Exterior, do Quadro de Pessoal do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, com fundamento no § 3º do art. 1º do Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, resolve:

Art. 1º Autorizar a nomeação de três candidatas aprovadas no concurso público para o cargo de Analista de Comércio Exterior, do Quadro de Pessoal do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, autorizado pela Portaria MP nº 50, de 12 de março de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2008.

Art. 2º O provimento dos cargos a que se refere o art. 1º está condicionado:

I - à existência de vagas na data da nomeação; e

II - à declaração do respectivo ordenador de despesa, quando do provimento dos referidos cargos, sobre a adequação orçamentária e financeira da nova despesa com a Lei Orçamentária Anual e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados.